O retorno do domínio britânico e a questão monetária

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A rendição e a British Military Administration

O imperador Hirohito anunciou a rendição do Japão em 15 de agosto de 1945. As forças britânicas desembarcaram em Penang em 3 de setembro e em Singapura em 5 de setembro de 1945, onde foram recebidas por multidões em festa. Em 12 de setembro de 1945, o general Itagaki Seishiro, em nome do marechal de campo conde Terauchi, assinou o instrumento de rendição na Câmara do Conselho do Municipal Building. Lorde Louis Mountbatten, comandante supremo aliado no Sudeste Asiático, recebeu-o.[1]

Uma administração militar britânica, a British Military Administration, governou a ilha até o fim de março de 1946. Quando Singapura se tornou uma colônia da Coroa separada, em 1º de abril de 1946, a Singapore Colony Order in Council instituiu uma Supreme Court composta por uma High Court e uma Court of Appeal. A separação de Singapura da União Malaia (Malayan Union), formada no mesmo dia, lançou as bases constitucionais para os caminhos distintos de Singapura e da península, acompanhados no Capítulo C.II.[2]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A administração militar encontrou uma economia em ruínas, na qual faltavam à Malaia alimentos e suprimentos médicos. Antes da guerra, o território importava mais da metade de seu arroz, o que tornou o bloqueio aliado às importações e exportações especialmente danoso. Londres não financiaria a reconstrução, e as importações de fora da área da libra esterlina eram fortemente restritas. Suborno, contrabando, extorsão e negócios no mercado negro haviam se tornado "a way of life" (um modo de vida) sob os japoneses, hábitos que sobreviveram à chegada dos britânicos.[3]

Nenhum valor para o dinheiro-banana

A decisão de maior alcance da administração militar dizia respeito à moeda. Ela decidiu que não se atribuiria "valor algum" ao dinheiro-banana japonês. Foram disponibilizadas cédulas de um centavo a $ 10.000, e a nota de dez dólares de 1940 e as antigas cédulas dos Estabelecimentos dos Estreitos (Straits Settlements) foram declaradas de curso legal. A moeda de ocupação foi declarada "worth no more than the paper on which it is printed" (sem mais valor do que o papel em que está impressa). As proclamações sobre o curso legal e sobre uma moratória das dívidas foram reproduzidas na *Malaya Gazette* de 1º de novembro de 1945.[4]

A decisão tinha uma lógica clara, pois as cédulas japonesas não tinham lastro, muitas não eram numeradas e sua quantidade era desconhecida. Resgatá-las a qualquer taxa teria transferido o custo da ocupação japonesa para o tesouro colonial e para as reservas do currency board. Um Select Committee (comissão parlamentar especial) descreveu mais tarde as cédulas sem numeração e sem lastro como algo que sequer constituía "an issue of a currency" (uma emissão de moeda). O Japão, o emissor, jamais as trocou.[5]

As consequências para os indivíduos foram duras. Quem detinha moeda japonesa no momento da libertação perdeu tudo o que possuía sob essa forma. Alguns ficaram sem nenhum dinheiro utilizável. Quem havia escondido dólares dos Estreitos ou dólares malaios descobriu que suas cédulas voltavam a valer. O resultado recompensou os que haviam desconfiado do ocupante e penalizou os que haviam obedecido. As notas-banana acabaram como suvenires, foram carimbadas ou

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

perfuradas como canceladas ou serviram de papel para os calendários de 1946. O currency board malaio, que mantivera suas reservas em Londres durante toda a guerra, foi reconstituído em 1º de abril de 1946.[6]

Dívidas, depósitos e legislação ex post facto

Negar valor à moeda de ocupação resolveu uma questão e abriu muitas outras. Durante a ocupação, devedores haviam quitado empréstimos do pré-guerra em notas-banana, depositantes haviam sacado seus depósitos nelas, inquilinos haviam pago aluguel com elas e imóveis haviam sido vendidos por elas. Se as cédulas não tinham valor, esses pagamentos haviam extinguido as dívidas? Os bancos sustentavam que os depositantes que aceitaram pagamento em moeda japonesa haviam validamente dado quitação de seus créditos.[7] Credores que haviam recebido o pagamento de empréstimos do pré-guerra em cédulas desvalorizadas sustentavam o contrário. Sem legislação, os tribunais teriam de decidir milhares dessas disputas caso a caso.

Os tribunais da Birmânia mostraram quão difícil isso teria sido. Em *Chan Taik v Dooply*, a High Court da Birmânia decidiu que as autoridades militares japonesas tinham competência apenas para emitir cédulas complementares à moeda legal. Equiparar sua moeda à moeda legal excedia essa competência, de modo que a chamada moeda japonesa nunca havia sido moeda legal na Birmânia. Depois que as dificuldades daí decorrentes levaram o tribunal birmanês a recomendar uma solução legislativa, a Birmânia promulgou um Japanese Currency (Evaluation) Act, que avaliava as cédulas de ocupação segundo uma escala decrescente: ao par para 1942 e a apenas 5% das cédulas anteriores à ocupação em 1945.[8]

Singapura e a Federação da Malaia seguiram a mesma abordagem de legislação ex post facto. O Debtor and Creditor (Occupation Period) Bill 1948 passou por Select Committees nos dois territórios. A legislação resultante distinguia entre "dívidas anteriores à ocupação" (pre-occupation debts) e "dívidas da ocupação" (occupation debts). Uma dívida da ocupação parcialmente em aberto era reavaliada segundo uma escala, na data da cobrança ou em 12 de agosto de 1945, prevalecendo a data mais antiga. Se o saldo reavaliado fosse inferior a $ 100 em moeda malaia, nada era

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

devido. Seguiram-se outras medidas, entre elas a Moratorium Proclamation (Repeal) Ordinance 1949 e a Principals and Agents Rights and Liabilities (Occupation Period) Ordinance 1949.[9]

O estudo de S. K. Das de 1960, que reuniu essa legislação, concluiu que a legislação corretiva havia sido o único meio eficaz de resolver os problemas. A legislação não podia restituir o que se perdera. Podia, porém, substituir uma massa imprevisível de litígios por regras que credores e devedores conseguiam aplicar. A colônia restabeleceu assim um elemento básico de um sistema de crédito funcional: a certeza sobre quanto vale uma dívida e como ela pode ser extinta. As próprias cédulas anteriores à invasão foram desmonetizadas em 31 de agosto de 1948, quando todas as cédulas datadas de antes de 1º de julho de 1941 perderam o curso legal.[10]

Danos de guerra, crimes de guerra e a "dívida de sangue"

Os danos materiais foram tratados por meio de um programa de indenização de danos de guerra. Em abril de 1949, uma pergunta na Câmara dos Comuns registrou que se pleiteavam da Grã-Bretanha mais 220 milhões de dólares, além dos 85,7 milhões já prometidos. Em fevereiro de 1952, cerca de 200.000 pedidos haviam sido apresentados em Singapura e na Federação da Malaia. Indenizações definitivas haviam sido fixadas para 80.000 deles, com pagamentos parciais de 30% a 60% efetuados até então.[11] A indenização cobriu, assim, apenas parte das perdas, anos depois de os danos terem ocorrido.

A responsabilidade penal foi apurada numa série de julgamentos de crimes de guerra conduzidos pelas autoridades britânicas. Entre 21 de janeiro de 1946 e 12 de março de 1948, realizaram-se 131 julgamentos em Singapura. O julgamento relativo ao Sook Ching ocorreu de 10 de março a 2 de abril de 1947. Os sete oficiais acusados foram todos considerados culpados: o tenente-general Kawamura Saburo e o tenente-coronel Oishi Masayuki foram condenados à morte, e os outros cinco receberam prisão perpétua. Kawamura e Oishi foram enforcados em 26 de junho de 1947.[12]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A pretensão financeira da comunidade chinesa contra o Japão ficou em aberto por duas décadas. Depois que restos mortais de vítimas da guerra foram descobertos na East Coast Road em fevereiro de 1962, a Singapore Chinese Chamber of Commerce criou uma comissão para exumá-los. Em 25 de agosto de 1963, a Câmara organizou no Padang um comício da "dívida de sangue" (blood debt), apoiado pelo governo, que reuniu cerca de 120.000 pessoas e exigiu M$ 50 milhões de indenização. Em 25 de outubro de 1966, o Japão concordou em pagar S$ 50 milhões, metade como doação e metade como empréstimo. Qualificou o pagamento como um "gesto de expiação" (gesture of atonement) e evitou as palavras indenização e reparações. Parte do dinheiro financiou o Civilian War Memorial, inaugurado por Lee Kuan Yew em 15 de fevereiro de 1967, vigésimo quinto aniversário da queda de Singapura.[13]

O acordo de 1966 encerrou a conta com um valor nominal igual ao do "presente" de 1942. Ao aceitá-lo, o Estado recém-independente abriu caminho para as relações econômicas com o Japão, cujos investimentos contribuiriam para o programa de industrialização descrito no Capítulo C.III.

Notas

1. Wikipedia, "Japanese occupation of Singapore" (acesso em novembro de 2026): Hirohito anunciou a rendição do Japão em 15 de agosto de 1945; as tropas britânicas foram recebidas por uma multidão em festa em 5 de setembro de 1945; Wikipedia, "Malayan dollar" (acesso em novembro de 2026): as forças britânicas desembarcaram em Penang em 3 de setembro de 1945 e em Singapura em 5 de setembro de 1945. Roots.gov.sg (National Archives of Singapore), "The Japanese surrender at the Municipal Building" (acesso em novembro de 2026): em 12 de setembro de 1945, o general Itagaki Seishiro chefiou a delegação japonesa e assinou o Instrument of Surrender em nome do marechal de campo conde Terauchi; Lorde Louis Mountbatten recebeu a rendição na Câmara do Conselho do Municipal Building. ↩
2. Supreme Court of Singapore, "History of the Courts", judiciary.gov.sg (acesso em novembro de 2026): após a rendição de 12 de setembro de 1945, os militares britânicos administraram Singapura provisoriamente; a

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

administração militar terminou em 31 de março de 1946, e Singapura tornou-se uma colônia da Coroa separada; "The Singapore Colony Order in Council established the Supreme Court, consisting of a High Court and a Court of Appeal". Wikipedia, "British Military Administration (Malaya)" (acesso em novembro de 2026): a Malayan Union teve início em 1º de abril de 1946, pondo fim à BMA. ↩

3. Wikipedia, "British Military Administration (Malaya)" (acesso em novembro de 2026): faltavam à Malaia alimentos e suprimentos médicos no fim da guerra; antes da guerra, importava mais de 50% de seu arroz; Londres não financiaria a reconstrução; as importações de fora da área da libra esterlina eram fortemente restritas. Wikipedia, "British Military Administration (Malaya)" (acesso em novembro de 2026): sob os japoneses, suborno, contrabando, extorsão e negócios no mercado negro tornaram-se "a way of life". ↩

4. Wikipedia, "Malayan dollar" (acesso em novembro de 2026): "It was decided that no value whatever should be accorded the Japanese banana money"; foram disponibilizadas cédulas de 1 centavo a $ 10.000, e a nota de $ 10 de 1940 e as antigas cédulas dos Straits Settlements foram declaradas de curso legal. Wikipedia, "British Military Administration (Malaya)" (acesso em novembro de 2026): a moeda de ocupação japonesa foi declarada "worth no more than the paper on which it is printed"; a antiga moeda malaia passou a ter curso legal, e as poupanças do tempo de guerra foram aniquiladas. Kratoska, "Banana Money", 1992, nota 36 (notas de referência consultadas no Cambridge Core, novembro de 2026): proclamações sobre curso legal, moratória, controle de preços e controle de alimentos publicadas na *Malaya Gazette* de 1º de novembro de 1945. ↩

5. Kratoska, "Banana Money", 1992, nota 58 (notas de referência consultadas no Cambridge Core, novembro de 2026): o Select Committee descreveu as cédulas japonesas sem numeração e sem lastro como algo que não constituía "an issue of a currency". Wikipedia, "Japanese government-issued dollar in Malaya and Borneo" (acesso em novembro de 2026): "The currency became

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

entirely worthless, and to this day the Japanese government has refused to exchange these currencies." ↩

6. Wikipedia, "British Military Administration (Malaya)" (acesso em novembro de 2026): algumas pessoas ficaram sem moeda utilizável, e as poupanças do tempo de guerra foram aniquiladas. Wikipedia, "Japanese government-issued dollar in Malaya and Borneo" (acesso em novembro de 2026): moradores que haviam escondido dólares dos Estreitos ou dólares malaios puderam usá-los quando o controle britânico foi retomado. Wikipedia, "Japanese government-issued dollar in Malaya and Borneo" (acesso em novembro de 2026): as cédulas remanescentes foram carimbadas como suvenires de guerra, usadas como papel de impressão para calendários de 1946 ou perfuradas como canceladas. Wikipedia, "Malayan dollar" (acesso em novembro de 2026): a administração civil foi restabelecida em 1º de abril de 1946, e o board foi reconstituído nesse dia. ↩

7. Kratoska, "Banana Money", 1992, nota 62 (notas de referência consultadas no Cambridge Core, novembro de 2026): os bancos sustentavam que os depositantes que aceitaram pagamento em moeda japonesa haviam validamente extinguido suas obrigações. ↩

8. Hla Aung, resenha de S. K. Das, *University of Malaya Law Review*, v. 2, n. 2, dezembro de 1960, 354, citando San Maung J em *Chan Taik v Dooply*: era "entirely beyond their competence to issue an Ordinance such as the Burma Monetary Arrangements Ordinance, 1942, equating their currency to the lawful currency of the country". Hla Aung, resenha de S. K. Das, *University of Malaya Law Review*, dezembro de 1960, 354: o Japanese Currency (Evaluation) Act (Act XXXVI of 1947) avaliava a moeda japonesa "on a gradually reducing scale", ao par com a moeda anterior à ocupação para 1942 e a "only 5% of that of pre-occupation notes" em 1945. ↩

9. Kratoska, "Banana Money", 1992, notas 67, 69 e 71 (notas de referência consultadas no Cambridge Core, novembro de 2026): o Debtor and Creditor (Occupation Period) Bill, 1948, passou por Select Committees em Singapura e na Federação da Malaia (Singapore Paper No. 31 of 1948; Federation Paper No. 38 of 1948). Hla Aung, resenha de S. K. Das, *University of Malaya Law*

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Review, dezembro de 1960, 354: a legislação do pós-guerra na Malaia "draws a distinction between 'pre-occupation debt' and 'occupation debt'"; os saldos em aberto são reavaliados "in accordance with scale, either as on the date of demand or as at the twelfth day of August, 1945 whichever of such dates is earlier"; se inferiores a $ 100 em moeda malaia, "nothing is deemed payable". Kratoska, "Banana Money", 1992, notas 90 e 100 (notas de referência consultadas no Cambridge Core, novembro de 2026): a Moratorium Proclamation (Repeal) Ordinance, 1949, e a Principals and Agents Rights and Liabilities (Occupation Period) Ordinance, 1949. ↩

10. Hla Aung, resenha de S. K. Das, *University of Malaya Law Review*, dezembro de 1960, 352: um dos propósitos do autor era "to show that remedial legislation was the only effective means to enable a flustered mind to find a plausible answer". Wikipedia, "Malayan dollar" (acesso em novembro de 2026): "All notes bearing dates prior to 1 July 1941, were de-monetised on 31 August 1948." ↩

11. *Hansard*, House of Commons, 6 de abril de 1949, v. 463, c. 2058, "Singapore and Malaya (War Damage)": Mr Channon referiu-se a "a further 220 million dollars" pleiteados da Grã-Bretanha "in addition to the 85.7 millions already promised". *Hansard*, House of Commons, 20 de fevereiro de 1952, v. 496, cc. 228–229, "Malaya (War Damage Commission)" (Oliver Lyttelton): cerca de 200.000 pedidos apresentados em Singapura e na Federação da Malaia; indenizações definitivas fixadas para 80.000; pagamentos parciais de 30% a 60% efetuados. ↩

12. Timothy Pwee, "A War Crimes Trial Snapshot", *BiblioAsia*, v. 11, n. 4, janeiro–março de 2016: 131 julgamentos "held between 21 January 1946 and 12 March 1948"; o julgamento da Operation Sook Ching ocorreu de 10 de março a 2 de abril de 1947; Kawamura Saburo e Oishi Masayuki foram condenados à morte, e os outros cinco oficiais receberam prisão perpétua. Wikipedia, "Sook Ching" (acesso em novembro de 2026): Kawamura e Oishi foram enforcados em 26 de junho de 1947. ↩

13. Lee Meiyu e Seow Peck Ngiam, *BiblioAsia*, julho–setembro de 2022: em 19 de fevereiro de 1962, o *Nanyang Siang Pau* noticiou a descoberta de restos mortais

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

na East Coast Road; a Singapore Chinese Chamber of Commerce criou um Disposal of Remains Committee em 28 de fevereiro de 1962. Henedick Chng, "Why 'Syonan-to' is still painful", *Mothership*, 18 de fevereiro de 2017: o comício da "Blood Debt" de 25 de agosto de 1963, organizado pela Singapore Chinese Chamber of Commerce e apoiado pelo governo, reuniu 120.000 pessoas e exigiu M$ 50 milhões de indenização. Wikipedia, "Sook Ching" (acesso em novembro de 2026): em 25 de outubro de 1966, o Japão concordou em pagar S$ 50 milhões, metade como doação e o restante como empréstimo; o pagamento foi qualificado como "gesture of atonement", evitando-se palavras como "damages" ou "reparations". Wikipedia, "Japanese occupation of Singapore" (acesso em novembro de 2026): parte da indenização financiou o Civilian War Memorial, inaugurado por Lee Kuan Yew em 15 de fevereiro de 1967; Lee Meiyu e Seow Peck Ngiam, *BiblioAsia*, julho–setembro de 2022: o memorial foi inaugurado por Lee Kuan Yew em 15 de fevereiro de 1967. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.